



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

PLANO DE AÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - 2015-2020

**OBJETIVO GERAL:** alinhado ao Planejamento Estratégico, desenvolver iniciativas e/ou aprimorar as já existentes, com o fim de atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, voltada para o aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais de primeira instância, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

**1. Alinhamento ao Plano Estratégico**

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
Revisão do planejamento do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, alinhando-o à política nacional de atenção prioritária, conforme determinado pela Resolução 198 do CNJ.	Elaborando um novo plano estratégico que contemple uma política de atenção prioritária a 1ª instância.	Concluído.	Equipe de Líderes; Equipe de Líderes Ampliada; e Equipe de Desenvolvimento	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

## 2. Equalização da força de trabalho

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
<p>Para a equalização da força de trabalho, propomos as seguintes medidas:</p> <p>a) Análise da resolução 63 do Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, na perspectiva de uma possível evolução hermenêutica, para que o número de servidores lá previstos não se trate de número máximo, mas um mínimo a ser observado em cada Vara;</p> <p>b) A fixação do número de servidores também levará em conta os processos da fase de execução, como forma de dar prioridade à efetiva solução dos litígios;</p>	<p>a) O Regional deverá adotar procedimento para completar os quadros da Varas do Trabalho, observando nos termos da resolução 63 do Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.</p> <p>b) Analisando a atual distribuição da força de trabalho do Tribunal, especificando o quantitativo nas unidades administrativas e judiciárias, no 1º e 2º graus, bem como o número de casos novos recebidos e os processos na fase de execução.</p> <p>c) Vide item "b".</p>	<p>a) Concluído.</p> <p>b) Os critérios para a lotação de servidores levando em conta os processos em execução depende da definição dos critérios técnicos por parte do CNJ.</p> <p>c) Vide item "b".</p>	<p>a) Presidência / Serviço de Pessoal / Asplan</p> <p>b) Presidência / Serviço de Pessoal / Asplan</p> <p>c) Vide item "b".</p>	<p>Tema: Efetividade</p> <p>Objetivo: Promover a efetividade no cumprimento das decisões.</p> <p>Tema: Eficiência Operacional</p> <p>Objetivo: Priorizar a movimentação processual célere e transparente.</p> <p>Objetivo: Racionalizar rotinas, visando o ganho de produtividade.</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>c) Reorganização estrutural da divisão de servidores entre 1º e 2º grau do TRT21, observada a média do último triênio de casos novos e processos pendentes;</p> <p>d) Remanejamento de servidores de setores cuja demanda de trabalho foi diminuída com o advento do PJE (Distribuição dos Feitos, Setor de Cadastramento Processual, Secretaria Judiciário, etc);</p> <p>e) Vinculação dos assistentes aos juízes responsáveis por sua indicação;</p>	<p>d) Verificando as competências dos servidores que ficarão à disposição da Presidência e direcionando para as setores de acordo a demanda de pessoal.</p> <p>e) Mudança no regimento interno do TRT.</p>	<p>d) Concluído.</p> <p>e) Concomitante aos trabalhos da comissão de revisão do regimento interno.</p>	<p>d) Presidência / Serviço de Pessoal / Asplan</p> <p>e) Tribunal Pleno.</p>	
<p>Outras medidas acessórias que poderão proporcionar uma melhoria na atividade jurisdicional, tais como:</p> <p>a) Otimização do horário de atendimento nas Varas do Trabalho, de modo que o atendimento ao público fosse</p>	<p>a) Editando um ato que preveja a otimização do horário de atendimento ao</p>	<p>a) Em estudo.</p>	<p>b) Presidência / Asplan</p>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

compreendido entre as 8h e 14h; b) Melhor utilização das Centrais de Atendimento do PJE;	público externo nas Varas do Trabalho. b) Capacitando os servidores atualmente lotados na Central de Atendimento, com foco no Processo Judicial Eletrônico - PJe, através de cursos periódicos;	b) Em andamento.	b) Escola Judicial	
d) Racionalização de rotinas, mediante campanha de conscientização de todos os usuários do PJE.	d) Criando unidade ou comissão responsável pelo desenvolvimento de rotinas em Processo Judicial Eletrônico - PJe.	d) Concluído.	d) Pleno/Presidência.	

### 3. Adequação Orçamentária

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
Para a efetivação de uma adequação orçamentária, o TRT 21 pode analisar as seguintes medidas:				Tema: Orçamento  Objetivo: Garantir os



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>a) Instituição de um comitê permanente de orçamento, com a participação de representantes de todas as entidades associativas, encarregado de apresentar sugestões e acompanhar a execução orçamentária;</p> <p>b) O orçamento do TRT 21ª tenha entre suas diretrizes, os programas visando implementar a atenção prioritária à primeira instância.</p>	<p>a) Instituído, através de um Ato da Presidência, um Comitê permanente de orçamento. Este comitê deverá criar programas visando implementar a atenção prioritária à primeira instância.</p> <p>b) Incluir na prévia orçamentária para o ano de 2016, que será apresentada dia 22/04/2015 ao CSJT, orçamentos direcionados para as prioridades da 1ª instância.</p>	<p>a) Janeiro/2015</p> <p>b) Foi elaborada uma prévia do orçamento para o ano de 2016, na qual uma boa parte do orçamento foi direcionada para obras e serviços na 1ª instância.</p>	<p>a) Presidência do Tribunal e Serviço de orçamento e finanças (SOF).</p> <p>b) Serviço de orçamento e finanças (SOF).</p>	<p>recurso orçamentários e priorizar sua execução na estratégia.</p>
---	--	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

#### 4. Infraestrutura e tecnologia

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
<p>Para melhoria da infraestrutura física e tecnológica, o TRT 21 pode analisar as seguintes proposições:</p> <p>a) Reformulação do setor de engenharia do TRT 21ª, estabelecendo rotinas para atendimento das demandas da Presidência do TRT e das Varas do Trabalho;</p> <p>b) Realização de inspeção em todas as Varas do Trabalho da 21ª região, visando diagnosticar quais as necessidades atuais e futuras de manutenção dos imóveis que abrigam as unidades jurisdicionais;</p>	<p>a) Instalando o escritório de gerenciamento de projetos permitindo a utilização da metodologia de gerenciamento de projetos.</p> <p>b) Renovando o contrato de manutenção predial do TRT21. Atualmente, existe um contrato de manutenção predial com vencimento para junho/2015, e o novo contrato que o sucederá prevê que nos seus primeiros 30 (trinta) dias de execução haverá visitas de uma equipe técnica em todas as unidades da Justiça do</p>	<p>a) Em andamento.</p> <p>b) Em andamento.</p>	<p>a) Presidência, Asplan e Searq.</p> <p>b) Diretoria Geral e Searq.</p>	<p>Tema: Gestão de Pessoas</p> <p>Objetivo: Promover a qualidade de vida e a valorização das pessoas. Tema: Infraestrutura e Tecnologia.</p> <p>Objetivo: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC.</p> <p>Objetivo: Garantir a</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>c) Estabelecimento de um plano de metas e prioridades no tocante às construções do tribunal, com a especificação de um calendário periódico de manutenção das varas do trabalho;</p>	<p>Trabalho/RN com a emissão de um relatório de diagnóstico e apresentação das ações corretivas com calendário de execução para os 11 (onze) meses subsequentes. Este contrato terá validade por um ano sendo prorrogável por até cinco anos. Com a renovação contratual anual haverá novamente as visitas técnicas em todas as unidades da Justiça do Trabalho/RN.</p> <p>c) Elaborando um plano de ações, que pontuará a ordem de prioridades do Tribunal no tocante as obras e serviços. Foi feito um plano de ações das obras e serviços de engenharia do TRT da 21ª Região, em ordem de prioridades e apresentado a Administração superior que emitiu as</p>	<p>c) Concluído.</p>	<p>c) Presidência, Asplan e Searq.</p>	<p>segurança institucional com infraestrutura adequada.</p>
---	---	----------------------	--	---



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>d) Melhoria dos sistemas de ar-condicionado das Varas do Trabalho;</p> <p>e) Implementação de depósitos judiciais, seja por imóveis próprios ou locados para esta finalidade. Outra possibilidade a ser estudada, seria a possibilidade de terceirizar o depósito judicial;</p>	<p>considerações que julgou pertinente e definiu ordem de prioridades das obras e serviços. Já existe um calendário de manutenções prediais que será aprimorado com o novo contrato cujo licitação está em curso.</p> <p>d) Já existe uma ata de registro de preço assinada para aquisição de ar-condicionados para as Varas do Trabalho que será aos poucos liberada quando o orçamento estiver disponível através da sanção da Presidência.</p> <p>e) Há ações previstas no plano de ações para a construção de depósitos judiciais em todas as Varas do Trabalho do Interior. Atualmente não existe estudos para terceirizar ou locar imóveis para servirem de depósito judicial.</p>	<p>d) Em andamento.</p> <p>e) Seguindo as ações estabelecidas no plano de obras.</p>	<p>d) Diretoria Geral e Searq.</p> <p>e) Presidência, Diretoria Geral e Searq</p>	
--	--	--	---	--





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>f) Construção da 2ª Vara do Trabalho de Macau;</p> <p>g) Reforma e ampliação do prédio da 1ª Vara do Trabalho de Macau, ou caso tal medida não seja possível, construção de outra sede que melhor contemple suas necessidades;</p> <p>h) Para aumentar a qualidade dos equipamentos de TI nas Varas do Trabalho, impõe-se aumentar o número de <i>scanners</i> das varas do trabalho e atualização bienal do parque de informática das unidades judiciárias;</p> <p>i) Para melhorar os serviços de TI junto ao PJE, convém realização de estudo por</p>	<p>f) O plano de ações contempla a construção da 2ª VT de Macau cujo valor está inserido na proposta orçamentária prévia para 2016.</p> <p>g) Existem problemas estruturais que estão sendo mapeados nas inspeções para, no momento oportuno, serem sanados. Esta ação também esta prevista no plano de obras.</p> <p>h) Incluindo a previsão de aumento do número de <i>scanners</i> no PDTI/2016. A comissão de priorização do 1º Grau deve encaminhar para a STI o pedido formal, com justificativa (Pode ser feito via Documento de Oficialização da Demanda);</p> <p>i) Melhorando os equipamento e a rede do Regional.</p>	<p>f) entrega em junho/2017</p> <p>g) entrega em dezembro 2016</p> <p>h) O pedido pode ser efetuado até 20/10/2015.</p>	<p>f) Presidência, Diretoria Geral Searq e SOF.</p> <p>g) Presidência e Searq</p> <p>h) Comissão de priorização e STI.</p>	
---	--	---	--	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

<p>parte da STI no sentido de diminuir o tempo de resposta do PJE, e a realização visitas periódicas por técnicos de informática da STI ou de empresa terceirizada;</p> <p>j) Criação de canal entre a STI e as varas do trabalho da 21ª região, visando o desenvolvimento de softwares ou aplicativos para auxiliar a prestação jurisdicional;</p> <p>k) Melhoria do mobiliário existentes nas Varas do Trabalho, padronizando toda a mobília, a partir da adequada análise ergonômica;</p> <p>l) Inspeção pelo setor de serviços gerais acerca do mobiliário a ser substituído ou consertado em todas as varas do trabalho da 21ª região;</p>	<p>j) Conforme demanda, as unidades podem solicitar o desenvolvimento de softwares via Documento de Oficialização da Demanda.</p> <p>k) Agendando visitas técnicas em todas as unidades judiciárias com a finalidade de coletar dados que orientem a aquisição de novo mobiliário, levando em consideração as características ergonômicas de cada magistrado/servidor.</p> <p>l) O setor de serviços gerais caberá agendar visitas periódicas, para este fim.</p>	<p>i) Em andamento.</p> <p>j) Conforme demanda.</p> <p>k) Em andamento</p> <p>l) Em andamento.</p>	<p>i) STI.</p> <p>j) STI</p> <p>k) Presidência, Seamo e Searq.</p>	
---	---	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

n) O TRT 21ª instituirá um plano institucional de segurança para magistrados e servidores, prevendo medidas preventivas e corretivas quanto a este aspecto da atividade judicante.	n) Elaborando e executando um plano de segurança institucional.	n) previsão de conclusão de dezembro de 2016	l) Engenharia. n) Presidência, Sesei, Searq e Asplan.	
--	---	--	--	--

### 5. Governança colaborativa

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
<p>O cargo de diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª região será escolhido dentre os juízes de carreira.</p> <p>A medida acima proposta está inserida no texto da nova LOMAM a ser enviado pelo STF ao Congresso Nacional.</p>	Após a aprovação da nova LOMAN, o Tribunal deve alterar o regimento interno, incluindo essa previsão.	Após aprovação da nova LOMAM	Tribunal Pleno e Presidência.	<p>Tema: Gestão de Pessoas</p> <p>Objetivo: Implementar e garantir a gestão de pessoas por competência em toda a instituição.</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

**6. Formação continuada**

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
<p>Para a melhoria da formação e aperfeiçoamento do corpo funcional do TRT, foram apresentadas as seguintes sugestões.</p> <p>a) Instituir curso de atualização sobre execução trabalhista, voltado a todos os segmentos do TRT;</p>	<p>a) Solicitando cursos à Escola Judicial que trate especificamente destes temas.</p>	<p>a) Atualmente, está em andamento na escola um curso de formação inicial dos servidores, onde um dos módulos deste curso trata da "Efetividade da Execução: Ferramentas eletrônicas".</p>	<p>a) Escola Judicial.</p>	<p>Tema: Gestão de Pessoas</p> <p>Objetivo: Implementar e garantir a gestão de pessoas por competência em toda a instituição.</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

b) Realizar programa de treinamento prático de atos executórios e pesquisa patrimonial para o corpo funcional do TRT;	b) Solicitando à Escola Judicial treinamentos práticos de atos executórios e pesquisa patrimonial.	b) Está prevista para 01/06/2015 a realização um curso relacionado a esse objetivo, abordando o tema "Investigação Patrimonial". Inicialmente direcionado para os Oficiais de Justiça.	b) Escola Judicial.	
---	--	--	---------------------	--

**7. Prevenção e racionalização de litígios**

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
Para a prevenção e racionalização dos litígios, foram apresentadas as seguintes sugestões:  a) Instituir, regulamentar e capacitar a figura do conciliador judicial, nos termos	a) Estruturando uma unidade responsável por conciliações e	a) A instalação desta unidade	a)Pleno e Presidência.	Tema: Efetividade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

da resolução 125 do CNJ;	soluções pacíficas de conflitos, com corpo técnico permanente.	depende de iniciativas do CNJ (Cargos e Funções de Confiança).		Objetivo: Promover a efetividade no cumprimento das decisões.
b) Estruturar o núcleo de conciliação trabalhista no âmbito do TRT da 21ª região.	b) Vide item "a".	b) Vide item "a".	b) Vide item "a".	

### 8. Estudos e pesquisas

O QUE FAZER (objetivo)	COMO FAZER	QUANDO/ SITUAÇÃO	QUEM	ALINHAMENTO AO PEP 2015/2020
Para fins de estudos e pesquisas nessa campo, foram apresentadas as seguintes sugestões:  a) Implementar consultoria de medicina e engenharia do trabalho, para que sejam identificados os impactos do PJE na saúde de servidores e magistrados;	a) Garantindo a efetiva execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de	a) Previsão para Junho/2016.	a) Presidência e Seamo.	Tema : Responsabilidade Socioambiental  Objetivo: Promover,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

b) Adotar medidas de prevenção às doenças ocupacionais decorrentes da utilização do PJE	Riscos Ambientais (PPRA) em todas as unidades administrativas e judiciários do TRT21. b) Vide item "a".	b) Vide item "a".	b) Vide item "a".	ampliar e fortalecer a responsabilidade socioambiental  Tema: Gestão de Pessoas  Objetivo: Prover a qualidade de vida e a valorização das pessoas.
---	--	-------------------	-------------------	--